

O TRABALHO NA NOVA ORDEM ECONÔMICA

Mônica Ferreira de Farias
Orientadora: Profa. Dra. Rosilene Alvim

1 Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia

2 GENTES - Grupo de Estudos sobre Novas Tendências Sociais
Rua Grajaú nº 29, I, Grajaú, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20561-140
jorgelmonica@ig.com.br

Palavras-chave: Juventude – Educação – Trabalho – Profissionalização – Cultura.

Área do Conhecimento: Antropologia Urbana

Resumo- A pesquisa em desenvolvimento visa o estudo e a análise do processo de construção e aplicação dos cursos profissionalizantes ministrados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), responsáveis pela formação de jovens trabalhadores, oriundos do ensino médio brasileiro. Considerando - que o conjunto de políticas públicas voltado para o ensino profissionalizante no Brasil tem como uma de suas principais atribuições, a preparação para as novas exigências do atual contexto de modernização da indústria, demandando novas qualificações do ponto de vista técnico-profissional para aqueles que estão em vias de entrar para o mercado de trabalho, temos como tarefa compreender o quadro em que se organiza este “novo trabalhador”, como também analisar os significados desta preparação para o trabalho no ambiente cultural em que vivem estes jovens.

Introdução

A proposta desta pesquisa é analisar a construção do “campo” [1] em que se inserem e organizam as várias relações que constituem o perfil do jovem trabalhador (menor de 18 anos), membro de um segmento diferenciado da classe trabalhadora que se localiza em diferentes ramos da produção industrial no Brasil. No que se refere ao trabalho do menor, verifica-se uma continuidade histórica da atuação do Estado, quanto a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, produzindo um caráter discriminatório e particularizador do ensino de ofícios como atributo da pobreza [2]. Este distanciamento da aquisição da técnica em relação a uma cultura de cunho humanista, vem desencadeando um processo de diferenciação entre estas duas formas de aprendizagem, reforçando a idéia de que a formação técnica possui um lugar secundário nas relações de produção. O ensino profissionalizante passa por um fase de grandes transformações, tanto no que se refere ao ordenamento jurídico, como no que se refere à prática do ensino nas escolas técnicas e nas escolas do SENAI. Observa-se uma reestruturação destes espaços de acordo com as demandas produzidas pelos setores de ponta das indústrias, que anseiam por um trabalhador mais qualificado tecnicamente, assim como, melhor preparado do ponto de vista da educação formal. Entretanto, a escola formal da rede pública,

celeiro da grande maioria dos alunos que compõe os quadros do ensino profissional, demonstra cada vez mais a sua fragilidade quanto a preparação desta mão-de-obra, obrigando as escolas técnicas a intervirem de forma mais intensa no processo de capacitação do aluno, a fim de diminuir a distância entre a expectativa gerada pelo mercado de trabalho e a aquisição do “capital cultural” [3] necessário para a formação do futuro trabalhador. Castells [4] aponta para a reformulação das relações de trabalho imposta pelas novas condições da produção, no que se refere aos efeitos da automação tecnológica e na qualificação do trabalhador baseada na polivalência dentro do sistema de produção, atingindo várias formas de ocupação, nas quais o trabalhador ainda não se adequou de forma satisfatória. O trabalho de campo realizado para o desenvolvimento de minha tese de doutoramento, permitirá a compreensão destas relações, a partir da prática de formação deste segmento da classe trabalhadora e sua inserção no mercado de trabalho.

Materiais e Métodos

A pesquisa em desenvolvimento objetiva ampliar o estudo anterior, através da análise do processo de formação do perfil deste “novo trabalhador”, no quadro de transformações sociais e econômicas em que se inserem as novas formas de organização do trabalho nos diferentes ramos da indústria. Este desdobramento tem por finalidade correlacionar as políticas educacionais, a partir da efetivação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, articulando-se ao que Romanelli [5] chamou de sistema de ensino paralelo ao sistema de ensino oficial: as Escolas Técnicas Federais e as Escolas do SENAI, no que se refere à formação do trabalhador integrado às novas etapas da divisão do trabalho flexível e automatizado. Com o objetivo de analisar este conjunto de relações, definimos algumas vertentes de investigação para a estrutura da pesquisa: - A compreensão do processo de formação das políticas educacionais dentro de um contexto histórico-social em que se articulam, através da análise da legislação e suas formas de organização e regulamentação que fazem parte deste campo. - A análise de fontes documentais referentes a atuação do Estado, assim como, aquelas fontes que registram a concepção de ensino e aprendizagem industrial oferecido pelo SENAI, objetivando compreender o modelo de formação aplicado por esta instituição. - A reconstituição das trajetórias dos atores sociais (aprendizes, professores, profissionais egressos dos cursos profissionalizantes) e sua inserção no cotidiano da escola e da empresa, aparece como etapa fundamental, na medida em que o constante embate entre as experiências do ensino e da aprendizagem e as necessidades colocadas pelo mercado de trabalho, apontam questões muito importantes para o entendimento do processo de reelaboração de significados destas experiências pelos atores sociais em questão. - Como ponto de interseção, aparece a questão da empregabilidade deste segmento da classe trabalhadora, cada vez mais diferenciado, que analisado do ponto de vista da empresa, pode nos oferecer respostas sobre como o processo de qualificação pode se colocar como uma estratégia de distinção, dentro de um quadro cada vez mais seletivo e excludente dos setores mais pobres da classe trabalhadora.

Resultados

O trabalho de campo realizado até o momento dentro de uma escola profissionalizante do SENAI, no Estado do Rio de Janeiro, contribuiu para corroborar meus pressupostos iniciais que apontavam para a formação deste jovem trabalhador como alguém que ocupa um espaço diferenciado na indústria, onde ele é reconhecido como detentor de um saber que lhe confere um lugar de destaque em relação aos outros trabalhadores e ao próprio empregador. O SENAI torna-se um locus de produção social deste trabalhador, na medida em que o capacita para o mercado de trabalho e colabora para a construção de uma identidade social, que se constitui no processo de formação profissional e consequentemente na entrada deste jovem para o mercado de trabalho. Utilizando a noção de “habitus” [6], traduzida como produto das relações sociais e, ao mesmo tempo, como elemento definidor da ação e reprodução das mesmas, analisamos a ação pedagógica diferenciada, oferecida pelos cursos profissionalizantes do SENAI, como elemento de solidificação dos valores, normas e princípios sociais de reprodução familiar de um determinado segmento da classe trabalhadora. Os dados da pesquisa demonstram que o processo de aprendizagem se caracteriza como uma forma de preparação, marcando uma etapa da vida deste jovem, que além de capacitá-lo para o exercício de uma atividade profissional, também o prepara para a entrada no mundo adulto, inserindo-o num conjunto de relações com as quais ele interage. Nas palavras de Bourdieu [7], ao “habitus” incorporado nas instituições de ação pedagógica. A partir de 1994, o SENAI sofre um processo de reformulação interna, na tentativa de corresponder à demanda atual da indústria, que vem buscando se adequar aos novos parâmetros de tecnologia, organização do trabalho e dos sistemas de produção. Com a crise do chamado sistema taylorista-fordista e diante das exigências colocadas pela produção automatizada flexível, observa-se que há um impasse entre os países em desenvolvimento como o Brasil, onde a parcela da classe trabalhadora empregada na indústria, “ainda é predominantemente formada por trabalhadores com baixa escolaridade, mal remunerada e submetida a alta rotatividade”. [8]. O processo de continuidade do trabalho de campo está orientado para a compreensão desta etapa de desenvolvimento da ação pedagógica das Escolas do SENAI, voltada para a nova ordem econômica em que se insere o trabalho na indústria. A partir destes dados, objetivamos analisar os significados que se reproduzem nas diferentes esferas sociais em que se movimenta o jovem deste segmento da classe trabalhadora.

Discussão

A partir de 1930, período em que o Brasil passa efetivamente a implementar uma política de incentivo ao crescimento da indústria nacional, observa-se a formação de um setor da classe trabalhadora, que se destacará como um grupo de profissionais qualificado para o trabalho industrial. É através do seu Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que o Governo Vargas, define uma política educacional voltada para a modernização do ensino básico, fortalecendo suas relações com o ensino profissionalizante. Este setor da classe trabalhadora passa a acumular um conjunto de saberes que é apropriado por ele, passando a fazer parte do seu sistema de valores. Isto se torna possível em função do fato de que estes novos valores são introduzidos e reforçados no interior do processo de sua formação profissional. Valores como disciplina, responsabilidade, projeto de vida etc., fazem parte dos conteúdos ministrados pelos cursos de preparação para o trabalho, sendo no entanto, reinterpretados pelos trabalhadores, que os incorporam a partir de sua experiência histórica e cultural. Por outro lado, o desempenho do Estado frente a esta etapa da formação do futuro trabalhador, vai se tornando ineficaz à medida em que as relações de produção se complexificam, tornando-se incapaz de responder a demanda da indústria no que se refere a qualificação dos trabalhadores. É neste momento que o sistema educacional cede espaço à criação de um “sistema paralelo” [9], ao sistema oficial, organizado em convênio com as indústrias. “O Decreto-Lei No. 4048, de 22 de Janeiro de 1942, criava então, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), destinado a organizar e administrar escolas de aprendizagem industrial em todo o país, podendo também manter, além dos cursos de aprendizagem – que eram mais rápidos, e que segundo a Lei Orgânica do Ensino Industrial tinham por objetivo a preparação dos aprendizes menores para os estabelecimentos industriais – outros cursos de formação e continuação para trabalhadores não sujeitos a aprendizagem” [10]. Observa-se a partir deste período, quando definem-se as políticas educacionais voltadas para o ensino profissional no Brasil, uma clara segmentação entre o chamado ensino básico oferecido pelas escolas formais e o ensino profissionalizante, cada vez mais concentrado nas Escolas Técnicas Federais e nas Escolas do SENAI. Dentro deste campo do ensino técnico forma-se um segmento diferenciado de jovens trabalhadores que ocupará um espaço privilegiado no mercado de trabalho, para o qual está sendo preparado. Espaço este que se definirá como um elemento

de separação de outros grupos de jovens trabalhadores que não tiveram acesso a este tipo de formação, e que portanto, permaneceram “desqualificados” para ocupar posições importantes nos setores cada vez mais modernizados da indústria. As reformas que se seguem à Constituição de 1946 apontam poucas modificações em relação às políticas educacionais deste período. É somente na década de 1970 que podemos observar a formulação de uma política educacional preocupada em construir um perfil para o ensino médio, onde a profissionalização passa a ser uma condição desta etapa do sistema educacional, designando às classes trabalhadoras um lugar intermediário entre o ensino médio e o ensino superior. A Nova Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1996 define uma reformulação da estrutura do sistema educacional, abrangendo diversos níveis de atuação: desde a mudança dos seus princípios, no que se refere a vinculação entre o processo de formação geral e a capacitação para o trabalho em todas as etapas da formação do aluno, até a exigência progressiva de requalificação dos professores do ensino fundamental, que devem graduar-se até 2006, para que possam continuar exercendo oficialmente a sua função. A Nova LDB é considerada por boa parte de seus estudiosos uma grande conquista em termos jurídicos, no que concerne ao processo de formulação das políticas educacionais no contexto atual. No entanto, torna-se necessário, que a sociedade desempenhe um papel ativo na aplicação desta política educacional, discutindo suas necessidades e contribuindo para o aperfeiçoamento deste conjunto de leis. Pois, as leis precisam ser o reflexo das demandas sociais, assim como, o resultado da prática cotidiana de sua aplicação.

Referências

- [1], [3], [6], [7] BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa. Ed. Difel/Bertrand.1990.
- [2] FONSECA, Celso Suckow da. História do Ensino Industrial no Brasil. S.P. Ed. Ática. 1991.
- [2] FONSECA, Celso Suckow da. História do Ensino Industrial no Brasil. S.P. Ed. Ática. 1991.
- [4] CASTELLS, Manuel. A Economia Informacional. A Nova Divisão Internacional do Trabalho e o Projeto Socialista. Salvador. Caderno CRH N. 17. 1998.
- [5], [9], [10] ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. R.J. Ed. Vozes. 1998.
- [8] CARVALHO, R. Projeto de Primeiro Mundo com Conhecimento e Trabalho de Terceiro? S.P. Mimeo. 1992.